

# Arqueologia rural da Itália romana

---

---

Norberto Luiz Guarinello

## Abstract

*My objective in this article is to analyze the development of the rural archeology of Roman Italy. The article does not describe the underlying historical realities of the rural world of the Peninsula, nor the expansion of agriculture or the resultant social conflicts in the country. My interest is properly historiographic. I wish to show the slow development of an archeology specifically turned to the rural world, and to emphasize its contribution to the study of Roman History, but also, as we will see, to reflect upon the limits that the archeological documentation imposes to our attempts of reconstructing the past.*

Meu objetivo neste artigo é circunscrito: analisar o desenvolvimento da arqueologia rural na Itália romana. Não vou descrever as realidades históricas subjacentes ao mundo rural da Península, o longo desenvolvimento e expansão da agricultura ou os conflitos sociais daí resultantes. Meu interesse é mais propriamente historiográfico. Desejo mostrar como se constituiu uma arqueologia voltada especificamente para esse mundo rural, para as realidades do campo e refletir sobre as possibilidades que nos abre para o estudo da História Romana, mas também, como veremos, sobre os limites que a documentação arqueológica impõe às nossas tentativas de reconstrução do passado.

Minha primeira observação tem um caráter essencialmente negativo. É um fato amplamente reconhecido que a chamada cidade-estado antiga constitui um dos nódulos fundamentais e essenciais do mundo greco-romano, constituindo uma forma peculiar de associação humana, que deixou suas marcas em todas as esferas da vida social da antiguidade clássica. É também quase lugar comum afirmar que essa cidade caracterizava-se por uma relação íntima e indissolúvel entre núcleo urbano e meio rural. Não apenas porque a agricultura era, de longe, a principal atividade econômica, mas porque os habitantes da cidade, os cidadãos, eram, real ou potencialmente, proprietários rurais e dos campos retiravam, não apenas

sua subsistência, mas os vínculos religiosos, sociais, políticos e ideológicos que lhes davam identidade como indivíduos e como membros de uma coletividade. O tema das relações entre campo e cidade é, desta forma, vital para o entendimento das sociedades clássicas, em geral, e do mundo romano em particular e isto tem sido amplamente reconhecido.

A despeito desse consenso, no entanto, tais relações têm sido vistas, predominantemente, pela ótica dos centros urbanos, seja através dos textos transmitidos pela tradição literária ou, no caso da arqueologia, pelas escavações conduzidas nas cidades. Para as interpretações contemporâneas da sociedade da Itália romana, mesmo as mais influentes, o mundo rural permanece quase inexplorado, apesar da imensa quantidade e variedade de documentos à nossa disposição: santuários rurais, vilarejos, hospedarias, termas, casas de veraneio e, acima de tudo, o que chamaria de casas de fazenda — restos dos edifícios rurais que povoavam os campos da Itália e que formavam como que o esqueleto de sua economia e sociedade. É sobre estes últimos que quero me deter, para tentar responder às seguintes questões: que era um edifício rural? Qual sua importância para compreendermos a economia e a sociedade da Itália romana? Como se constituiu a documentação a seu respeito e quais seus alcances e limites.

Os edifícios rurais da Itália romana constituem um objeto de estudo vago e impreciso. A documentação variada e dispersa, formada ao longo de séculos, é de difícil interpretação. A própria expressão edifício rural guarda em si certa dose de ambigüidade. Podemos tentar circunscrevê-la melhor para fixar seu sentido lógico, temporal e geográfico dentro de limites mais precisos. Devemos nos lembrar, antes de mais nada, de que esse tema abrange a própria época da formação das cidades e da diferenciação entre “urbano” e “rural”. Longe de ser um conceito fixo, desta forma, “edifício rural” é uma categoria em processo de constituição. Como categoria, “edifício rural” pressupõe um mundo urbanizado e o desenvolvimento de uma tradição arquitetônica própria ao campo, específica, diferente daquela dos “edifícios urbanos”. Essa diferença constituiu-se através de um longo processo de diferenciação funcional entre o campo e a cidade, com a progressiva restrição das atividades agrícolas e pastoris às áreas externas ao mundo urbano. As diferenças na disponibilidade, uso e função do espaço construído foram, assim, um pressuposto para a geração de formas arquitetônicas específicas no campo. Os edifícios rurais encontram uma primeira delimitação essencial precisamente nesta contraposição com os edifícios do perímetro urbano. Mas essa definição não basta, pois a Península itálica, em época romana, conheceu inúmeros tipos de construções rurais com funções muito específicas: cemitérios, sepulturas

ao longo das estradas, santuários rurais, vilarejos, estalagens, termas ou edifícios públicos de variados tipos. O que chamo aqui de edifícios rurais não são essas formas de ocupação "não produtivas", mas as sedes de explorações rurais, o que chamaria de casas de fazenda.

Para estudar as transformações da agricultura na Península, no período de sua progressiva unificação sob a égide de Roma, é preciso voltar nossa atenção para classe particular de edifícios rurais constituída pelas casas de fazenda. Eram edificações isoladas, ou seja, não nucleadas em aldeias, mas dispostas nos centros de explorações agrícolas, que dominaram o cenário rural de algumas regiões da Itália por vários séculos. Essas casas de fazenda desenvolveram uma arquitetura própria, mesmo que variada, e seu desenvolvimento acompanhou e expressou as transformações do mundo rural itálico por séculos. O surgimento dessas casas de fazenda, que correspondem aproximadamente, como veremos, às *uillae rusticae* das fontes escritas, liga-se, por sua vez, a grandes alterações nos padrões de assentamento de certas zonas rurais da Itália ocidental e que levaram à constituição de um mundo rural romano: progressiva dispersão do habitat rural em núcleos isolados, aparecimento de formas privadas e individuais de apropriação da terra, declínio dos antigos centros rurais agregados (as aldeias ou *uici*). Em algumas regiões, como na Etrúria meridional, podemos acompanhar esse processo com algum detalhe e, a partir do século II a.C., as próprias fontes escritas nos informam sobre a existência e o funcionamento dessas casas de fazenda.

As fontes disponíveis indicam que tal processo atingiu seu auge nos dois séculos em torno da era cristã, tanto na densidade da ocupação das planícies cultiváveis por casas de fazenda isoladas, quanto na extensão geográfica das áreas afetadas. Ocorreu uma grande diversificação dos próprios edifícios rurais, que passaram a assumir funções sociais cada vez mais complexas, não apenas habitacionais ou produtivas, mas de representação político/social e de ostentação de riqueza. Tradições regionais se entrecruzaram, influências urbanas foram recebidas de modos diferentes e com intensidades diversas, alguns edifícios se especializaram em determinadas funções, outros preservaram tradições antigas. Não podemos aqui acompanhar essas transformações em detalhe. Vamos nos centrar nas casas de fazenda, por assim dizer, clássicas, as chamadas *uillae rusticae*, que dominaram o panorama agrário da Itália por mais de quatro séculos. Explorarei, inicialmente, as informações das fontes escritas.

As fontes escritas, cujos testemunhos se iniciam em meados do século II a.C., empregam uma variedade de termos para se referirem às habitações no campo: palavras que indicam núcleos de habitação agregados,

como *uicus*, *castellum*, *oppidum*, outras que implicam edifícios isolados, como *uilla*, *casa*, *tugurium*, *praedium*, *tectum*. Dentro deste segundo grupo ocorria uma interessante especialização de sentido: *tectum* era um termo genérico, referível a qualquer habitação coberta, seja no campo (por exemplo, Tito Lívio, XXVI,35 ou CÍCERO. *Para Róscio*, *Comediante*. XII, 33) ou na cidade (CÍCERO. *Da República*. I,26,41), sem remeter a um tipo específico de edifício, à sua função ou qualidade construtiva; *praedium* definia a propriedade de um lote de terreno, sobre o qual existiam construções, sem distinguir com clareza, como *tectum*, entre a área urbana e o mundo rural (cf. ULPIANO. *Digesto*. L,16,198); *casa*, embora empregado também para construções na cidade, referia-se mais propriamente ao mundo rural, indicando, segundo podemos inferir das citações nas fontes, a habitações pobres e simples,<sup>1</sup> construídas em materiais perecíveis como madeira ou palha;<sup>2</sup> *tugurium*, por sua parte, embora apareça associado a casa (cf. VARRÃO. *Sobre a Agricultura*. III, 1, 3, citado acima), parece indicar o ponto mais baixo na hierarquia dos edifícios rurais, uma mera cabana de pastores.<sup>3</sup>

O termo, contudo, que as fontes latinas empregam, por excelência, para se referirem aos edifícios rurais isolados, às casas de fazenda, era *uilla*. Palavra de origem incerta, talvez associada à raiz indo-européia \**weik* (a mesma de *oikos* e *uicus*),<sup>4</sup> *uilla* parece ser um termo relativamente recente em latim, posterior ao século V a.C., se acreditarmos numa informação de Plínio, o Velho<sup>5</sup>. A introdução tardia do termo espelha, de certa forma, a lenta evolução da realidade social à qual viria a servir como significante e referente, ou seja, a formação de um padrão de habitação rural disperso nos campos. Nessa acepção, a especialização do termo é bastante intensa, e o sentido da palavra pode ser circunscrito, com alguma precisão, através do jogo de certas contraposições. Subjacente à definição de *uilla* estava uma nítida oposição entre mundo rural e urbano: *uilla* era, antes de tudo, a habitação isolada *extra pomoerium*, independentemente de sua função, como demonstra a existência de uma *uilla publica*, no Campo de Marte, onde os embaixadores estrangeiros e os generais vitoriosos esperavam a hora de ingressar em Roma. Neste sentido, *uilla* opunha-se e correspondia a *domus*, que se referia também a uma habitação isolada, mas exclusivamente na cidade: no final da República, os mesmos senhores que habitavam em *domus* na cidade de Roma possuíam, nos campos, *uillae*. Dentro do mundo rural, por outro lado, é possível identificar o sentido específico de *uilla* através de outro conjunto de oposições.

Em primeiro lugar, como vimos, *uilla* se opunha aos termos que indicavam habitats agregados, compostos por muitas residências, como *uicus*

ou *oppidum*. A diferença semântica, contudo, não se restringia ao simples isolamento físico dos edifícios representados por *uilla*. Este termo carregava-se, com efeito, de um forte conteúdo social. O que distinguia, fundamentalmente, *uilla* de *uicus*, *castellum* ou *oppidum* não era meramente sua dispersão nos campos, mas a relação diferente que mantinha com a terra e com a comunidade que ocupava o território circundante.<sup>6</sup> As *uillae*, em certo sentido, eram muito mais isoladas de sua vizinhança, acompanhando o desenvolvimento de formas privadas e individualistas de apropriação da terra e o declínio dos laços comunitários que eram o pressuposto da sociedade agrária arcaica (*CAPOGROSSI COLOGNESI*, 1981:450). Esse processo de separação e individualização das unidades produtivas, no que toca à *uilla*, é visível na maneira diferente com que os escritores agrários encaravam o relacionamento com a região circunvizinha (a *uicinitas*) de seus edifícios. De Catão, que escreveu em meados do século II a.C. a Columella, quase duzentos anos depois, observa-se um progressivo declínio nos vínculos sociais entre vizinhos (na prestação, por exemplo, de serviços comunitários, como o mutirão), cujas relações assumiram um caráter cada vez mais mercantilizado (muito claro em Varão, de meados do I a.C.) e, até mesmo, hostil (em Columella). *Villa*, desta forma, não se referia apenas a um modelo arquitetônico qualquer, mas a uma organização social específica do espaço rural, que se ligava, por sua vez — e isto é claro nos escritores agrários, a uma produção agrícola “racionalizada”, no sentido de orientar-se para o mercado.

Entre os termos que indicavam habitações isoladas, por fim, *uilla* opunha-se a *casa* ou *tugurium* por suas dimensões, por sua qualidade arquitetônica e, como podemos inferir das fontes disponíveis, pela durabilidade dos materiais empregados. Mas não é só isso. Como mostra a predominância quase absoluta do termo, em especial nos escritores agrários, para designar as sedes de fazendas exploradas por escravos e voltadas para o mercado, *uilla* era também um apanágio dos grupos sociais superiores, fonte de sua riqueza e parte integrante de seu modo de vida.<sup>7</sup> Como tal, *uilla* não se tornou uma palavra estática e morta, mas acompanhou, pela multiplicação e diversificação de seu sentido, as mudanças na realidade social a que deveu sua origem.

De Catão a Columella, o uso da palavra *uilla* preservou, na verdade, algumas características invariáveis: referia-se sempre ao núcleo habitacional de uma propriedade rural cuja produção se destinava à venda e para a qual o trabalho escravo era, se não exclusivo, ao menos muito importante. Outro traço das *uillae*, presente nos escritores agrários, era o absentismo de seus senhores, que habitavam regularmente nas cidades,

visitando seus edifícios rurais apenas em determinados períodos. Sobre esse substrato comum, no entanto, delineiam-se diferenciações que refletem a complexificação da ocupação rural nos últimos séculos da República e durante o Principado — alterações no significado que ampliaram a ambigüidade do significante, multiplicando seus sentidos possíveis. Varrão, no livro terceiro de seu *Sobre a Agricultura*, se interrogava sobre as incertezas do uso correto do termo: é possível uma *uilla* sem *fundus*? Todo edifício extra-urbano é uma *uilla*? A produção agrícola é necessária à definição de um edifício como *uilla*? (*Sobre a Agricultura*, III, 2, 3 e ss.). Por trás dessas questões podemos sentir a presença de certas transformações no campo que se manifestaram, sobretudo, nas últimas décadas da República, como o aparecimento de propriedades rurais de extensão muito reduzida, destinadas à criação intensiva de animais de pequeno porte (galinhas, patos, pombos, pavões, abelhas etc.), usufruindo da grande expansão dos mercados urbanos (*pastio uillatica*) e rendendo lucros, por vezes, extraordinários. Por outro lado, o período que se seguiu à Guerra Social (90-89 a.C.) presenciou o surgimento e difusão de edifícios rurais extremamente suntuosos, verdadeiras mansões aristocráticas cujo fim não era (ou, antes, não era apenas) a produção agrícola, mas a ostentação da riqueza e do poder de seus proprietários. Fenômeno complexo, que expressava o crescente enriquecimento da aristocracia romana e a brutal competição política e social na *Urbs*.<sup>8</sup>

É interessante notar como a construção de edifícios cada vez mais luxuosos no campo, com a introdução progressiva de elementos urbanos e gregos na arquitetura rural, mesmo gerando uma forte tradição crítica, na literatura latina, foi lentamente absorvida pelos escritores agrários: embora todos manifestem uma preocupação obsessiva pelo *modus*, pela moderação e equilíbrio no construir, a balança entre luxo e produção se alterou pouco a pouco. Para Catão, a *uilla* era ainda um edifício simples e sem ornamentação, cujo único fim é a produção de rendimentos estáveis, de *fructus*. Varrão, um século depois, criticava igualmente os excessos de alguns aristocratas, mas incluía entre os fins da *uilla* a *uoluptas* e a *delectatio* de seu senhor. Sua *uilla*, cuja finalidade precípua era também produtiva, admitia como algo natural os *urbana ornamenta* recentemente introduzidos no campo, como o uso de mármore, as estátuas de bronze, os pavimentos e estuques decorativos etc. Para Columella, que escreveu em meados do século I d.C., o *modus* era também fundamental, mas dependia apenas das disponibilidades do proprietário, não de critérios morais. Nenhum escritor agrário acentuou com maior ênfase, ou descreveu com maior detalhe, as prioridades produtivas da *uilla*. Sua *uilla* ideal, contudo, pos-

suía elementos que seriam impensáveis para Catão, como uma *pars urbana* com triclinios de verão e inverno, termas, quartos de dormir orientados segundo as estações do ano etc. Columella atribuía um sentido funcional às comodidades no campo, atraindo a presença do proprietário e estimulando uma gestão mais direta e participativa de seus bens. Este último ponto, longe de ser prosaico, dá conta da difusão dos elementos de luxo no campo para círculos sociais cada vez mais amplos, reflexo de um aumento no nível geral de riqueza na sociedade romana entre o final da República e o Principado, que subverteu os padrões tradicionais para se medir o luxo e a ostentação. Não foi por acaso que a *uilla* de Cipião, que no século II a.C. era motivo de inveja e admiração, se tornou, quase trezentos anos depois, um exemplo da moderação e da severidade dos antigos (SÊNECA. *Cartas Morais*, LXXXVI).

Tais exemplos bastam para se compreender por que é infrutífero procurar, nas fontes escritas, uma definição plena e acabada da *uilla* romana. Devemos contar, não apenas com a própria evolução cronológica dos edifícios rurais, mas com informações provenientes de autores diferentes, com pontos de vista diversos e com origens sociais diferenciadas. Não é de se espantar, portanto, que as tentativas modernas de definição sejam também algo vagas e flutuantes. Não são definições estritamente arquitetônicas ou materiais, mas modelos de funcionamento que dependem, estritamente, do ângulo de observação escolhido e da seleção operada nas fontes. A *uilla* romana aparece, na bibliografia contemporânea, sob duas perspectivas diferentes, embora estas não se excluam mutuamente: como unidade produtiva ou como habitação de luxo. Neste último caso, toda a ênfase recai sobre a função particular, e fundamental, da *uilla* de luxo no modo de vida e na ideologia da aristocracia romana, como lugar de retiro intelectual, de “isolamento criativo” (MANSUELLI, 1958:14), do *uilla* cujo exercício conhecemos através da correspondência de Cícero e de Plínio, o jovem e cujas origens remontam ao círculo intelectual dos Cipiões.

Mas para parte ponderável da bibliografia moderna, *uilla* não representa tão somente um edifício rural isolado, uma casa de fazenda, e sim uma forma de organização da economia agrícola, centrada na produção de mercadorias em grande demanda e de alto valor, como vinho e azeite, e fundada — este é o ponto essencial, na utilização de mão-de-obra escrava. A “*uilla* escravista” torna-se, assim, uma curiosa categoria, construída por um processo de fusão entre certas informações dos escritores agrários e certos modelos da sociedade romana, e que seria um ponto fulcral na estrutura econômica da “Itália escravista”. Sejam claros: não é o caso de negar a importância da escravidão na sociedade e economia romanas.

As fontes literárias e epigráficas não deixam dúvidas quanto à presença maciça de escravos em determinadas regiões agrícolas e pastoris da Itália e sobre seu emprego em funções produtivas. Mas, se a existência de uma escravidão rural significativa é inegável, ao menos num certo momento da história peninsular, a noção de “*uilla* escravista” guarda sérios perigos quando utilizada na interpretação arqueológica dos edifícios rurais. Como ter certeza, a partir dos restos de um edifício rural, que este era habitado e conduzido por uma mão-de-obra escrava, e não por outra forma qualquer de relação de exploração? Com efeito, são raros no registro arqueológico os elementos que podem justificar, em cada caso, essa associação. A identificação de determinados aposentos como dormitórios de escravos repousa, com frequência, sobre bases frágeis, não sendo mais que uma hipótese razoável. É preciso cuidado, portanto, ao aplicar à documentação material um modelo social extraído das fontes escritas, evitando traçar um paralelismo absoluto entre estas duas ordens documentais. A presença de escravos em determinado edifício, numa dada região, deve ser um problema que colocamos aos vestígios e não um dado *a priori* para sua interpretação.

Os edifícios rurais romanos não são, enquanto objeto de estudo, mais que uma mera abstração. Por detrás de uma expressão aparentemente concreta — edifício rural — esconde-se uma realidade inefável, porque desaparecida, inexistente a não ser como ruína. Nosso acesso a ela não é direto, mas mediado por esses instrumentos específicos que são nossas fontes de informação. As casas de fazenda que povoaram a Península no período romano são um alvo quase inatingível, ideal, que as escavações e a tradição textual mal deixam entrever em seu funcionamento, desenvolvimento e sentido social. As publicações arqueológicas, seus textos e ilustrações, que constituem nosso único objeto palpável, são apenas fragmentos, pedaços de um quebra-cabeças ao qual faltam as peças principais. Mas não são fragmentos aleatórios, pois possuem uma história — a história de sua preservação ou descoberta — cujo conhecimento é necessário para entendermos o alcance e os limites das informações de que dispomos. No campo da Arqueologia, em particular, o processo de formação da documentação respondeu a interesses variados, que se alteraram no curso dos séculos e que influíram, decisivamente, na seleção e na qualidade informativa de seus elementos singulares. A história da descoberta e escavação dos edifícios rurais tem a forma de um processo descontínuo, que não representou o desenvolvimento linear ou cumulativo de uma mesma visão, de um mesmo conjunto de questões. Não podemos, portanto, analisar o *corpus* como um todo homogêneo, coerente e uniforme, como se seus elementos

fossem imediatamente comparáveis e equivalentes. A história da constituição do *corpus* é uma parte inseparável da história possível desses edifícios, da trama escrita que deles se pode tecer. Para entendermos como essa documentação se constituiu, devemos realizar um breve, porém necessário, mergulho no tempo. Vou recuar aos últimos anos do Império Romano do Ocidente.

A antigüidade tardia foi, para a Península italiana, assim como para a Europa ocidental, um período de descontinuidades: migrações maciças de povos, desintegração do poder político, decréscimo populacional, devastações, abandono de edifícios públicos e privados. Na cidade como no campo, os vestígios da civilização romana foram se tornando, pouco a pouco, um elemento “natural” da paisagem, num mundo que se acostumava com a presença de ruínas. Durante séculos, os restos aflorantes dos edifícios romanos foram uma fonte importante de materiais de construção, sobretudo na antiga capital do Império, onde os fornos de cal consumiram boa parte da “Roma marmórea”. No campo, as casas de fazenda abandonadas e em ruínas permaneciam como testemunhos de um sistema de assentamento desaparecido. Entre os escombros das ricas mansões de outrora refugiavam-se, por vezes, populações empobrecidas, que nelas procuravam abrigo para os vivos ou repouso para os mortos.

A redescoberta desses vestígios, sua constituição enquanto objeto de conhecimento, foi um processo gradual e lento, sobretudo no campo, acompanhando a revalorização e divulgação da cultura clássica no início dos tempos modernos. A arqueologia rural romana é filha da periegetica e do afã antiquário dos topógrafos, viajantes e colecionadores que, a partir do século XVI, percorreram as cidades e os campos da Itália, recolhendo inscrições, coletando obras de arte, descrevendo monumentos. A despeito da falta de método e de rigor científico, pesquisadores como Flávio Biondo ou Pedro Ligorio tiveram o mérito de voltar sua atenção para as ruínas romanas, quebrando a naturalidade de sua presença, tornando-as monumentos, na acepção plena do termo.<sup>9</sup> Neste sentido, estabeleceram uma tradição de pesquisa que ainda se mantém viva em nossos dias. A preocupação com os restos materiais do mundo romano ligava-se, então, a questões de caráter erudito, à necessidade de dar vida, de fornecer um contexto físico aos textos clássicos cuja publicação e estudo se difundiam. O célebre debate sobre a identificação da *uilla* de Horácio pode ajudar a entender os problemas que agitavam então o mundo acadêmico (sigo, aqui a reconstrução de LUGLI, 1926). Como se sabe, Horácio recebera de seu protetor, Mecenas, uma pequena propriedade na região sabina, que descreveu em vários de seus poemas e cartas. A questão da localização da

fazenda de Horácio tomou forma concreta, pela primeira vez, na *Italia Illustrata*, de Flavio Biondo (publicada em 1542), que a colocava no vale do rio Farfa; Cluverius, no volume I da *Italia Antiqua*, localizou a *uilla* no território de Montelibretti, baseando-se numa suposta semelhança entre o topônimo e o Mons Lucretilis de Horácio. Holconius, que em 1635 publicou uma edição comentada de Cluverius, identificou uma série de topônimos com denominações que apareciam no poeta romano: Digentia com Licenza, Vicovaro com Varia, Mandela e Bardela etc. Kircher (*Vetus Latium*, de 1671) procurou a *uilla* de Horácio nas cercanias de Tivoli; outros, como Fabretti ou Amati, concordaram com a identificação de Holconius. Como se vê, o método adotado combinava as virtudes da erudição com uma pesquisa toponímica mais ou menos acurada ou puramente fantasiosa, mas não se cogitava, ainda, da escavação concreta de um sítio específico.

Foi o século XVIII que presenciou as primeiras escavações mais ou menos sistemáticas de edifícios rurais, produzindo relevos planimétricos e descrições que ainda preservam interesse. Foi a grande época das Academias locais, que buscavam nos vestígios arqueológicos elementos para valorizar seu passado, para compor uma identidade regional própria, dando um sentido histórico a uma determinada unidade lingüística ou cultural. Cidades, vilarejos, inteiras regiões se orgulhavam de ter abrigado povos ilustres, como os etruscos, ou antepassados célebres, como o Horácio de Vicovaro. Vale a pena seguir a história da identificação de sua *uilla* (sempre segundo Lugli): em 1757, o tabelião de Vicovaro, senhor Petrocchi, encontrou uma inscrição na qual se mencionava a massa Mandelana (*CIL XIV 3482*), confirmando a identificação de Bardela com a Mandela horaciana proposta por Holconius mais de um século antes. Em 1761, um abade de Tivoli, Domenico de Sanctis, publicou uma *Dissertazione sopra la Villa di Orazio Flacco*, na qual relatava como havia indicado ao Barão de Santodile, ministro do Grão-Duque da Toscana, o local exato da *uilla*, cuja escavação teria revelado “se não um edifício rico e magnífico, ao menos uma habitação apropriada e cômoda”. Seis anos depois, um outro abade, Bertrand Campmartin de Chaupy, de origem francesa, acusava De Sanctis de ter se aproveitado de uma conferência que proferira em Tivoli. A resposta de De Sanctis, na reedição de 1768, testemunha não apenas o calor e a rapidez com que se sucediam tais debates, mas sobretudo a forma como o sentimento “nacional” se via envolvido na identificação dos restos arqueológicos. A passagem merece ser citada por extenso:

“Ora, se apesar de tudo isso, ouvistes arrogar-se de boca cheia ter achado e descoberto a villa de Horácio em Licenza um ultramontano recém-chega-

*do a Roma, que por acaso, com um personagem de alguma importância, apareceu em 1761 em Vicovaro, e só então soube da villa de Horácio apenas o que lhe foi ensinado e indicado pelo supramencionado senhor Petrocchi, poderíeis evitar de rir na sua cara?"*

No "Século das Luzes", a descoberta e a coleção de antigüidades, em particular de obras de arte, era, além disso, uma fonte de prestígio cultural e político, animando as disputas entre casas reais e incentivando a formação de Museus. Foi dentro desse contexto, e para fazer frente ao "esplendor do Vaticano, alimentado pelas riquezas arqueológicas da Urbe" (BRACCO, 1979:136), que os Bourbons de Nápoles promoveram a escavação das cidades sepultadas pelo Vesúvio na erupção de 79 d.C. — sem dúvida a maior descoberta arqueológica da época. Os trabalhos se iniciaram em 1738, por ordem de Carlos III, primeiramente em Herculano, depois em Pompéia e Stabiae. As escavações foram consideradas monopólio real e colocadas sob a direção de um engenheiro militar espanhol, Rocco de Alcubierre, com o auxílio de dois outros engenheiros, Karl Weber, suíço (desde 1750), e Francisco de la Vega, que o sucedeu em 1764. A atenção dos escavadores não se restringiu às antigas cidades de Pompéia e Herculano, mas se dirigiu igualmente para seu território, sobretudo após a descoberta da famosa Villa dei Papiri, em 1750, com suas inumeráveis esculturas e sua célebre biblioteca carbonizada. Sob a supervisão de Weber e La Vega, cerca de 16 edifícios rurais foram explorados entre 1759 e 1789, em sua maioria na região da antiga cidade de Stabiae, a atual Castellamare di Stabia, alguns bastante simples, outros, como a Villa di Ariana ou a Villa di San Marcos, extremamente suntuosos. Não é preciso insistir sobre a precariedade dos métodos empregados, que escandalizaram os próprios contemporâneos, como De Brosses ou Winckelmann (ZEVI, s/d.: 24; BRACCO, 1979:121). O objetivo das escavações resumia-se à busca de objetos de arte (pinturas, mosaicos, esculturas) para ornar a Villa real de Portici e o Museu Borbônico: os edifícios soterrados eram explorados por meio de túneis (os *cunicoli*), que sulcavam o subsolo sem qualquer ordem ou planejamento, impedindo uma visão geral do sítio e, até mesmo, a elaboração de plantas (durante anos, Alcubierre dificultou o acesso de desenhistas às escavações). As *uillae* mais ricas foram despojadas de sua decoração e de seus objetos mais belos e o que não merecia ser retirado ou destacado era simplesmente destruído (VOS, 1982:315).

A substituição de Weber por La Vega deu um pouco mais de ordem às escavações, embora sem mudar, substancialmente, os métodos empregados. La Vega nos deixou algumas plantas, mais ou menos precisas, e um diário de escavação, no qual anotava, aposento por aposento, os trabalhos

efetuados e onde descrevia, sumariamente, os objetos que encontrava. Tais documentos foram publicados e analisados apenas na segunda metade do XIX, por Fiorelli e Ruggiero (1881) e ainda guardam certo interesse.

A despeito da pobreza documental de tais plantas e descrições, apesar da dificuldade quase intransponível que sentimos ao tentar interpretar esses documentos, não se pode descartar a contribuição das escavações bourbônicas para o estudo da arquitetura romana em geral, e das *uillae* em particular. A documentação vesuviana, a primeira a ser escavada de modo sistemático, forneceu, por seu caráter excepcional, uma primeira imagem concreta da disposição e do equipamento das casas e fazendas romanas e propiciou o desenvolvimento dos primeiros estudos científicos a este respeito. Sirva como exemplo a análise detalhada das prensas romanas de vinho e azeite, elaborada pela Academia de Herculano, fundada por Carlos III em 1755, com base nos dados de escavação e que Schneider aproveitaria em sua famosa edição comentada dos agrônomos latinos, de 1794 (GOUJARD, 1975:LI). Os vestígios materiais, por sua notável conservação, permitiam dar vida e interpretar as informações descarnadas das fontes escritas.

Mais de um século se passaria antes que o subsolo da região vesuviana revelasse outro conjunto significativo de edifícios rurais, agora não mais em Stabiae, mas no território de Pompéia. As circunstâncias haviam mudado, os Bourbons tinham sido depostos, seu monopólio arqueológico fora revogado e as escavações eram supervisionadas por uma superintendência própria, órgão da nascente República italiana. Entre 1895 e 1920, aproximadamente, o território ao redor de Pompéia foi intensamente investigado, e escavou-se um grande número de *uillae rusticae*, que ainda forma uma parte substancial de nosso *corpus*. Os autores dessas escavações eram, desta feita, cidadãos privados, proprietários de terrenos ao redor de Pompéia. Essa intensificação das pesquisas ligava-se à expansão edificativa na região, com a conseqüente procura de materiais de construção (os *lapilli* de origem vulcânica) sob a camada de húmus. Mas o impulso decisivo proveio da descoberta da famosa *uilla* de Pisanella que provocou uma verdadeira febre de escavações no final do século passado.

A história da escavação deste edifício, maravilhosamente bem conservado, é, ao mesmo tempo, curiosa e exemplar. A *uilla*, a cerca de 3km de Pompéia, foi parcialmente escavada, entre 1893/4, pelo proprietário do terreno, Vincenzo di Prisco e publicada inicialmente nas *Notizie degli Scavi* de 1895 (SOGLIANO, 1895). Conta-se que uma noite, após uma jornada de trabalho no edifício, um operário deparou-se com um estranho achado dentro de um poço, localizado sob a escada da cozinha. Aí jazia

um esqueleto de homem que, no momento da erupção, portava um pequeno saco contendo 1.000 moedas de ouro, cunhadas nos reinados de Augusto e Tibério. Dispostos sobre o chão do poço, de forma ordenada, encontravam-se cerca de 40 preciosos vasos de prata, alguns deles finamente esculpido, de valor inestimável. O proprietário, rapidamente, recolheu o pequeno tesouro e fechou as escavações. As peças acabaram adquiridas pelo Barão de Rotschild, que as doou ao Museu do Louvre, onde se encontram até hoje. O relato da descoberta se espalhou rapidamente, aticando a cobiça dos habitantes da região e levando à descoberta, num curto espaço de tempo, de mais de vinte *uillae* romanas, escavadas com propósitos escassamente científicos. Como escreveria Maiuri (1931:19):

*“A extração de lapillo do subsolo fazia os agricultores se chocarem com os muros dos edificios enterrados; atraídos, sobretudo, pela miragem da descoberta de preciosas obras de arte... pediam e obtinham a concessão para poder trazer à luz o edificio que os escavadores de lapillo já haviam sondado e explorado: a escavação era, assim, executada sob a supervisão do pessoal técnico e científico do Museu de Nápoles e de Pompéia, dentro dos limites de tempo estabelecidos pela concessão e segundo os objetivos visados pelo concessionário. Tal sistema, agora felizmente abolido, se, ao encorajar a iniciativa privada, levou à descoberta de numerosas villas rústicas e senhoriais em todo o território de Pompéia, não rendeu, por outro lado, os frutos que se poderia esperar, pois os edificios, despojados de sua decoração parietal e de seus mosaicos, retirado todo o mobiliário, efetuadas apenas as plantas, eram novamente sepultados, antes que, com estudos ulteriores e com o exame comparativo dos vários tipos e formas de estruturas, tivesse sido possível traçar a gênese e o desenvolvimento de uma das construções mais singulares da civilização itálica e romana... a casa rural”.*

Muitas escavações foram interrompidas pela pobreza dos achados, outras pelo emprego de métodos inadequados ou insuficientes (as escavações no vale do Sarno exigiam o uso de bombas); contudo, nada prejudicou tanto a qualidade de nossa documentação como a perda das anotações e das fotografias de Spinazzola, superintendente em Pompéia de 1910 a 1924. O material que possuímos hoje provém, em grande parte, da publicação por Della Corte, entre 1921 e 1923, dos restos de informação que conseguiu recolher: com frequência, tão somente a planta baixa dos edificios e uma descrição muito sumária dos objetos e inscrições. Pouco sabemos sobre os materiais de construção, as fases da edificação, a disposição do mobiliário. Talvez soe irônico lembrar que a melhor publicação de uma *uilla* pompeiana de que dispomos é, ainda, aquela elaborada por Pasqui em 1897, ao visitar o famoso edificio de Pisanella (PASQUI, 1897). A

despeito das deficiências agudas dessa documentação, o *corpus* de *uillae* pompeianas foi a base de alguns estudos clássicos sobre os edifícios rurais romanos, que durante muitas décadas dominaram nosso conhecimento a respeito (ROSTOVITZ, 1933, o primeiro deles e o mais influente; DAY, 1932; CARRINGTON, 1931; CROVA, 1942) e que ainda preservam um grande interesse.

Após este período de intensa investigação, a série documental das *uillae* vesuvianas conheceu poucas aquisições significativas e os objetivos e métodos empregados nas escavações mudaram com muita lentidão. A descoberta da Villa dei Misteri encontra-se precisamente no limiar entre a exploração privada e a investigação científica das *uillae*: os restos, encontrados em 1909 quase às portas de Pompéia, foram primeiramente escavados pelo proprietário do terreno, Aurélio Item, em duas curtas campanhas, (de 29 de abril a 16 de maio de 1909 e de outubro a janeiro de 1910), trazendo à luz uma pequena parte do edifício e suas famosas pinturas “iniciáticas” (DE PETRA, 1910). Finda a concessão, o Estado desapropriou a área, para evitar a venda das pinturas para o exterior (como acabara de acontecer com a *uilla* de Sinistor, cujas pinturas se espalharam pelo mundo). A escavação só foi retomada em 1929, sob a direção de A. Maiuri. Pela primeira vez, e através de uma análise cuidadosa das estruturas das paredes, Maiuri conseguiu reunir dados para se reconstruir a história edificativa de uma *uilla* romana, resultando numa publicação volumosa que, embora não atenda plenamente às questões atuais, ainda preserva uma grande utilidade (MAIURI, 1931). Recentemente, retomaram-se as pesquisas sistemáticas e rigorosas de determinados sítios, como a da *uilla* de Oplontis (DE FRANCISCIS, 1973; 1974; 1975), ou a Villa Regina (DE CARO, 1981; 1981; 1983), mas falta, ainda, sua publicação exaustiva. Os velhos métodos, por outro lado, costumam a morrer: basta lembrar a escavação da *uilla* de S. Antonio Abate, explorada pelo proprietário (na década de 1970!!) e prosaicamente publicada (D’AMORE, 1976) ou, ainda, a *uilla* de S. Sebastiano al Vesuvio, cuja descoberta e escavação, relatadas por Cerulli Irelli, assemelham-se muito com as descrições de Della Corte nos anos vinte:

*“No dia 29 de abril de 1964, diz Cerulli Irelli, a Superintendência das Antiguidades da Campânia foi advertida de que, na localidade de S. Sebastiano al Vesuvio, num terreno de propriedade da Ordem dos Clérigos da Mãe de Deus, durante os trabalhos de escavação para a construção de um Seminário da dita Ordem, tinham vindo à luz os restos de um edifício antigo. Os trabalhos haviam sido entregues à Firma “Irmãos d’Auria”, que informou sobre o achado e foi, em seguida, com a concordância e o*

*apoio dos padres da Ordem, de um auxílio ativo e importantíssimo para a escavação, conduzida sob a direção da Superintendência, custeada pela Ordem e com o pessoal da empresa.” (1965:161).*

De modo geral, as estratégias de escavação praticadas pela arqueologia italiana permaneceram estacionárias até muito recentemente, ignorando os desenvolvimentos do método estratigráfico e das formas de registro e análise dos achados que tiveram lugar na arqueologia europeia e americana durante o século XX. Além disso, se sairmos da região vesuviana, que tem características muito peculiares, a escavação de edifícios rurais, até poucos anos atrás, despertava pouco interesse diante da importância dos restos urbanos (QUILICI, 1979:309). Durante muito tempo, ainda em nosso século, a principal contribuição arqueológica para o conhecimento do campo romano proveio, não de escavações, mas dos levantamentos topográficos. Herdeiros da periegética renascentista, pesquisadores como Niessen, Lanciani e, sobretudo, T. Ashby e G. Lugli realizaram o mapeamento arqueológico de diversas regiões da Itália central, em particular ao redor de Roma e na Toscana, identificando a antiga malha viária, localizando sepulcros e aquedutos, descrevendo os sítios arqueológicos de maior interesse, porque mais visíveis ou de maior significado histórico (veja-se ASHBY, 1970). Tais estudos, com sua ênfase eminentemente histórica, deram, pela primeira vez, uma certa estrutura aos restos do sistema de assentamento romano nessas áreas, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento do sistema de comunicações e à localização dos antigos núcleos de ocupação do território, preservando, através de registros escritos ou gráficos, vestígios arqueológicos que a expansão edificativa do segundo pós-guerra viria a destruir. Ressentem-se, contudo, de certas deficiências frente às questões da pesquisa contemporânea, em parte, ao menos, derivadas de seu caráter assistemático, da ausência de uma preocupação metodológica que definisse explicitamente os limites da cobertura que realizavam. Esta nunca se pretendeu total, restringindo-se aos sítios que podiam ser observados ao longo das estradas antigas e que ainda preservavam restos de muros aflorantes, que eram registrados, em particular, através de plantas e fotografias, dando-se pouca atenção aos artefatos móveis dispersos no terreno. Além disso, e mais grave ainda, foram realizados numa época em que a cronologia das técnicas construtivas (para cuja reconstrução, aliás, foram de um auxílio inestimável) e das formas cerâmicas romanas era ainda pouco conhecida, o que impedia uma datação precisa dos sítios e a identificação de suas sucessivas fases de ocupação e edificação.

O último pós-guerra presenciou o desenvolvimento de dois projetos distintos de levantamento dos restos romanos de superfície, que deram um caráter mais sistemático e coerente à pesquisa. Os volumes da *Forma Italiae*, promovidos pelo *Instituto di Topografia Antica* da Universidade de Roma, iniciaram-se com os trabalhos de G. Lugli, ainda na década de 1920. Seu objetivo central tem sido o mapeamento exaustivo dos vestígios de uma determinada área e a elaboração de um catálogo de sítios arqueológicos com vistas à sua preservação, tutela e eventual escavação. Área e não território, pois o espaço do levantamento é, aqui, definido de forma arbitrária, através dos mapas efetuados pelo Instituto Geográfico Militar da Itália, sem uma preocupação estrita com a delimitação de territórios por suas características geomorfológicas ou por sua história específica. Essa ênfase no registro, se não impede a utilização dos tomos da *Forma Italiae* (que já se contam pelas dezenas) na reconstrução da história da ocupação romana nessas áreas (veja-se ANDREUSSI, 1981:349-370), torna difícil a compreensão dos antigos sistemas de assentamento em sua relação com o meio natural e com o mundo urbano, em particular quando confrontados com os métodos de análise espacial desenvolvidos pela arqueologia contemporânea.

No final dos anos 1950, a Escola Britânica de Roma iniciou um projeto de levantamento dos sítios arqueológicos da Etrúria meridional, introduzindo novos métodos de pesquisa de campo e de análise dos sistemas de assentamento. O levantamento de superfície tinha, para a Escola inglesa, fins bem definidos: visava a compreensão da história da ocupação humana de determinado território desde suas origens até o período medieval, unificando problemáticas de pesquisa que costumavam trilhar caminhos separados, nos quadros de uma “arqueologia da paisagem”, que se recusava a encarar os sítios como entidades autônomas, procurando inseri-los em seu contexto ambiental e em suas relações com outros sítios (POTTER, 1985:22). As estratégias de pesquisa aliavam o levantamento das condições geomorfológicas do território selecionado, com o estudo das vias de comunicação entre os sítios maiores, a cobertura exaustiva dos sítios arqueológicos identificáveis, a coleta de amostras de material, a escavação seletiva de determinados sítios — desde centros urbanos, como Veios, até humildes casas de fazenda — para se chegar a uma tipologia e hierarquia de sítios e à reconstrução dos sucessivos padrões de assentamento. A pesquisa, feita em equipe e não mais solitariamente, estendeu-se por vários anos, cobrindo uma área de cerca de 1.000km<sup>2</sup> e levando à descoberta, catalogação e publicação de aproximadamente dois mil sítios arqueológicos, a maioria dos quais, até então, inéditos (publicados em

sucessivas edições dos *Papers of the British School at Rome*). Os resultados deste levantamento são, ainda hoje, uma base fundamental para o estudo da evolução do assentamento pré-romano e romano na região, sobretudo após os recentes refinamentos na cronologia da cerâmica romana.

Nos últimos anos, a prática dos levantamentos de superfície foi estendida a várias regiões da Itália, como o vale do rio Albegna e o vale D'Oro (no território da antiga Cosa) (ATTOLINI et alii, 1983; CELUZZA & REGOLI, 1982), a Úmbria (DI MANZANO & LEGGIO, 1980; MORELAND, 1986; MUZZIOLI, 1980; 1985; TOMEI et alii, 1983); a região das Marcas, na costa adriática o vale do Biferno, no atual Molise; a área ao redor do Monte Massico, na Campânia setentrional, e outros, dando provas, em alguns casos (como nos dois últimos), de um contínuo aprimoramento técnico e metodológico (MERCANDO, 1980; MERCANDO et alii, 1981; BARKER et alii, 1978; VALLAT, 1983; 1987). A despeito da escassez de publicações definitivas, esses levantamentos permitiram reavaliar a evolução da ocupação rural pré-romana e romana em diversos pontos da Península, recuperar variações regionais que as fontes escritas ignoram e rever antigas generalizações sobre o desenvolvimento da agricultura na Itália. Mas não seria absurdo afirmar que sua principal contribuição talvez resida, precisamente, numa consciência ampliada dos limites da documentação, da necessidade de se saber, com exatidão, o que os documentos que produzimos podem nos revelar sobre as realidades antigas e o que, pela condições ambientais e pela própria estratégia de sua produção, inevitavelmente nos ocultam. Como no caso das escavações de sítios, mas por motivos diversos, os levantamentos de superfície também não nos fornecem dados brutos, objetivos, mas representam um determinado recorte, uma certa visão do território investigado que é orientada pelos métodos empregados (levantamento exaustivo, amostragem, emprego de transeptos etc.) — daí os intensos debates sobre a interpretação de seus resultados e sobre a validade das generalizações construídas a partir destes, sobretudo no que diz respeito à permanência, ou não, das pequenas propriedades camponesas (POTTER, 1980:19-41; LIVERANI, 1984: 36-48; BARKER, 1986:7-30; RATHBONE, 1981; CELUZZA & REGOLI, 1982; LIVERANI, 1984; VALLAT, 1987).

Uma menção particular merecem os estudos sobre o cadastro rural romano. A expansão de Roma na Península foi, como se sabe, responsável por uma progressiva reorganização dos territórios conquistados e anexados, distribuídos entre os cidadãos romanos e seus aliados sob várias formas: fundação de colônias com *status* diversos, atribuições individuais de lotes, usufruto coletivo de pastos e bosques, arrendamento a particula-

res etc. Desde o século IV a.C., pelo menos, a distribuição de terras se concretizava numa divisão geométrica e modular das áreas agrícolas — a centurição — cujas linhas ortogonais formavam extensos quadriculados de estradas, caminhos, fossos de drenagem, elevações artificiais, muros de pedra etc. A força estruturante desse reticulado, projetado e realizado pelos agrimensores romanos, pode ser medida por sua permanência no traçado das vias vicinais de diversas zonas rurais da Itália até nossos dias, fenômeno que tem atraído a atenção dos estudiosos desde, ao menos, o século passado. As fotografias aéreas possuem, na identificação desses vestígios, um grande potencial, como demonstraram os estudos pioneiros de Bradford (1957) a partir das tomadas realizadas pela aviação inglesa sobre o território italiano durante a 2ª Guerra Mundial. A última década assistiu ao desenvolvimento de alguns projetos fundamentais nessa área, com o emprego de técnicas avançadas, como a das tomadas oblíquas a baixa altitude, efetuadas em diferentes épocas do ano. Basta lembrar o amplo levantamento promovido pela Escola Francesa de Roma, a partir de 1981, numa vasta região compreendida entre Roma e Salerno, que resultou na identificação dos restos de cerca de oitenta sistemas centuriados, de diferentes períodos, a maioria dos quais, até então, desconhecidos (CHOUQUER & FAVORY, 1987:81-232; veja-se também COMPATANGELO, 1986 e, para outras regiões, JONES, 1980; COMPATANGELO, 1989). A identificação das áreas centuriadas, o estudo de seus módulos e de sua inserção no território, são um instrumento valioso, não apenas porque permitem acompanhar os modos e as cadências do processo de expansão romana na Península mas, sobretudo, por fornecerem um quadro estruturado da ocupação romana em diferentes territórios coloniais que serve como referência básica para se entender seus ritmos de transformação.

Os levantamentos de superfície ou aéreos, contudo, a despeito de sua grande importância para a pesquisa atual, fornecem apenas um esqueleto descarnado dos antigos sistemas de assentamento, que se debate com sérios problemas na interpretação funcional dos sítios identificados, sobretudo quando, da visão bastante generalizante que fornecem, procuramos descer ao nível do detalhe. Apenas a escavação de edifícios rurais específicos pode dar algum corpo ao quadro desenhado pelos levantamentos, revelando as formas concretas e particulares que adotavam os agentes da ocupação. A análise do funcionamento interno desses edifícios, do modo como estruturavam seu espaço e suas atividades, depende diretamente, como ficará claro nos capítulos que seguem, do material escavado e publicado. Como se pode imaginar pelo exemplo de Pompéia, a história das escavações de edifícios rurais, neste século, não é particularmente bri-

lhante. E mesmo tendo seguido, em parte, as vicissitudes da arqueologia italiana no período, fê-lo com um notável atraso em relação aos monumentos urbanos. L. Quilici (1979:309) relata como Thomas Ashby, diretor da Escola Britânica em Roma, solicitou repetidas vezes às autoridades arqueológicas italianas que efetuassem a escavação de certas *uillae* ao redor de Roma. O pedido foi oficialmente recusado em 1908 sob a alegação de que os trabalhos no Palatino e no Forum eram cientificamente mais importantes. “Esta política de desinteresse pelo território”, conclui Quilici, “tão claramente enunciada naquela oportunidade, perpetuou-se nos tempos que se seguiram, e é, ainda hoje, plenamente atual, tendo levado à perda de quase todo o nosso patrimônio suburbano” (QUILICI, 1979:309, que se refere a Roma). A partir da década de 1920, contudo, observa-se uma nítida intensificação nas escavações de sítios rurais, como consequência de alguns fatores que ainda hoje determinam a intervenção oficial: expansão edificativa na periferia das grandes cidades, mecanização da agricultura, com o conseqüente aprofundamento das aragens, obras de drenagem nas regiões pantanosas etc. Isto conferiu à arqueologia rural um caráter emergencial e aleatório, que se reflete nas escavações mal conduzidas e nas publicações sumárias dos edifícios. Tais características, muito presentes no vintênio fascista, perpetuaram-se no pós-guerra e costumam a desaparecer. Na verdade, mais do que uma deficiência de meios ou de tempo, refletem a debilidade das questões historiográficas colocadas aos edifícios (Torelli *in* MANACORDA, 1985:610). Não é o caso de recordar as deficiências dos métodos de escavação empregados pela arqueologia italiana até recentemente, compondo uma “cultura *dello sterro*” (MANACORDA, 1985:609), na qual predominam o uso da trincheira, a preocupação quase exclusiva com o andamento dos muros (“*con il solo scopo di seguire i muri maestri*”, dizia PALLOTTINO em 1937:21), a ignorância das relações estratigráficas, o uso de mão-de-obra não qualificada, como pacientes de manicômios durante o fascismo, ou desempregados na década de 1950, etc. Não é difícil imaginar o efeito de tais práticas sobre a documentação disponível: boa parte de nosso *corpus* é composta por plantas quase “nuas”, destituídas de espessura temporal, desligadas de qualquer contexto espacial ou regional, emudecidas pela desatenção aos objetos encontrados e sua distribuição, praticamente inúteis para uma análise que pretenda ir além do exemplo, da ilustração ou dos paralelismos.

A partir da década de 1960, contudo, começaram a surgir alguns (poucos) projetos “científicos” de escavação de sítios rurais, promovidos por universidades italianas ou por escolas estrangeiras, fora, portanto, do âmbito das superintendências (com raras exceções). Embora possuam características diferentes, tais projetos se distinguem das escavações ante-

riores pela utilização sistemática e eficaz do método stratigráfico, pela ênfase na reconstrução da história do sítio e, sobretudo, por sua inserção em problemáticas específicas, que orientam a escolha dos sítios e dão sentido às questões que se procura responder com a escavação. A. Carandini, co-diretor dos notáveis trabalhos de escavação em Settefinestre, expressou talvez melhor do que ninguém tal ponto:

*“Uma escavação que não se deva a necessidades imediatas de preservação deve partir de um problema histórico. Não se pode, contudo, pensar em uma relação imediata entre o problema histórico e a anatomia da porção de território escolhida... É verdade que partimos sempre de um problema, que inicia o processo científico, mas depois, quando em campo, são os restos materiais, que emergem do território, que ditam a lei da pesquisa, até reformular ou mesmo modificar, por ação retroativa, o próprio problema de partida(...) Na pesquisa sobre o território de Cosa (onde se localiza Settefinestre), trata-se de colocar à prova, mais uma vez, a validade das linhas fundamentais da história da Itália central tirrênica e tiberina, que podem ser sintetizados na seqüência de três tipos principais de produção etc.”*

Awlin Cotton, responsável pelas importantes escavações anglo-americanas em Francolise, apresenta motivos semelhantes na escolha dos dois sítios escavados (San Rocco e Posto):

*“No início dos anos 1960, a cena italiana com relação às uillae rusticae diferia muito da atual. Naquela época, o falecido Dr. John Ward Perkins, então diretor da British School at Rome, e o professor P. von Blackenhagen, do Institute of Fine Arts da Universidade de Nova Iorque... procuravam um projeto de pesquisa na região mediterrânea. Embora tivessem visitado sítios importantes e de grande interesse em vários países, foi decidido que o conhecimento sobre o desenvolvimento inicial das villas romanas parecia ser menor no coração do Império do que nas províncias” (COTTON, 1983:56).*

Um outro aspecto de tais projetos é sua preocupação com a publicação exaustiva dos resultados, sem se deixar intimidar pela complexidade do sítio ou pela quantidade, por vezes extraordinária, de material escavado. Alguns desses projetos se constituem, hoje, em verdadeiros modelos de escavação e publicação de sítios arqueológicos, rurais ou não, como as já mencionadas escavações da *uilla* de Settefinestre, na Etrúria, conduzidas por uma equipe anglo-italiana (CARANDINI *et alii*, 1985), ou as escavações da Escola Britânica em Francolise, na Campânia setentrional (COTTON, 1979; COTTON & MÉTRAUX, 1985). A estes poderíamos acrescentar os trabalhos de Dyson em Buccino, as escavações canadenses

na Itália meridional, as pesquisas em dois sítios na via Gabínia, por uma equipe norte-americana (WIDRIG, 1983), e alguns outros casos. Embora, eventualmente, não possam responder a todas as questões que gostaríamos de colocar-lhes — por limitações em suas problemáticas de origem, certamente, mas também pelas circunstâncias de preservação dos respectivos sítios — tais estudos são, forçosamente, a base para qualquer reconstrução arqueológica da evolução e funcionamento dos edifícios rurais romanos. É deles que podemos esperar um quadro, um espaço referencial que dê sentido às informações, necessariamente menos sistemáticas e ricas, que podemos extrair do restante de nosso *corpus* (com a possível exceção do material pompeiano).

Este brevíssimo histórico das pesquisas arqueológicas sobre os edifícios rurais romanos não faz justiça, obviamente, aos esforços de sucessivas gerações de pesquisadores que se debruçaram sobre o tema com os meios e preocupações próprios a sua época. Nosso objetivo, aqui, foi apenas o de ressaltar a riqueza, mas também a heterogeneidade da documentação disponível, fruto de diferentes seleções de material, de métodos diversos de registro e publicação. Um relevo planimétrico do século XVIII, ou do vintênio fascista, possui, com certeza, um certo potencial informativo, mas é preciso cuidado e reserva ao confrontá-lo, ou contrapô-lo, às plantas produzidas pela pesquisa atual. A escassez de boas publicações cobra seu preço à utilização desse *corpus* — embora seja variado e, relativamente, numeroso, é difícil escapar de um discurso forjado no emprego de exemplos singulares, distanciados no tempo e no espaço, e tentar a elaboração de séries contínuas e coerentes, cuja validade geral apareça com maior clareza. Os levantamentos de superfície suprem, em parte, esta deficiência, mas sua interpretação depende, diretamente, do modo como foram concebidos e realizados e isto impõe certos problemas ao pesquisador.

Do que foi dito, podemos vislumbrar a existência de um espaço analítico pouco explorado, cuja contribuição para o estudo da agricultura e da economia romanas poderia ser proveitosa. Para se explorar este campo, contudo, devem-se seguir certos passos, percorrer alguns caminhos que são quase obrigatórios. Não basta, como é corrente, pinçar sítios selecionados que ilustrem argumentos específicos ou confirmem eventuais hipóteses: é preciso, em primeiro lugar, efetuar um levantamento sistemático da documentação existente, constituindo um *corpus* abrangente e, ao mesmo tempo, coerente em termos espaciais e cronológicos. Para analisar este *corpus* é fundamental ter consciência das condições de produção de cada documento, desenvolvendo uma crítica apropriada ao material arqueológico. Os edifícios rurais são, também eles, artefatos, a despeito de

sua complexidade ou duração, e devem ser inseridos em seu contexto temporal e geográfico. Só assim poderemos compreender a origem das formas arquitetônicas do campo, sua difusão e evolução, suas determinações cronológicas, suas alterações de sentido e função. Enquadramento cronológico, tipologia, análise espacial, estudo das técnicas e materiais são instrumentos à disposição do arqueólogo que devem ser empregados como o fundamento de uma visão própria, que assuma o risco de partir do dado material para a totalidade social — uma visão para a qual o texto escrito seja indício, pista, auxílio, mas não a base única do processo de reconstrução da história passada.

Não é necessário, nem conveniente, acentuar em demasia os tons do contraste entre documento material e textual: ambos são produto de uma mesma época e, portanto, aspectos de um mesmo universo social, ainda que deste nos revelem facetas diferentes e que dependam de estratégias de pesquisa também diferenciadas. Seu uso combinado, embora difícil, é uma premissa básica para a escrita de uma história mais abrangente, mais “total”. Mas isto nos obrigará a empregar um outro tempo, uma perspectiva temporal adequada ao nosso objeto. A interpretação de períodos da História humana como sistemas mais ou menos fechados, auto-explicáveis, é útil para um tratamento comparativo entre momentos e espaços geográficos diferentes, mas prejudica a compreensão da História enquanto processo, enquanto permanente devir. Renunciar momentaneamente aos modelos estanques, acompanhar passo a passo o lento evoluir dos processos históricos, abandonar a essência pela gênese pode constituir-se, por vezes, numa alternativa para vivificar a reconstrução de determinado sistema social, para explicar determinados fenômenos, para entender a evolução de certos elementos da realidade passada. Os documentos arqueológicos têm, precisamente, essa capacidade precípua de abarcar e compreender as longas cadências, os processos lentos de mudança nas formas e funções que as sociedades atribuem ao mundo material. Mesmo no caso de uma documentação fragmentária, descontínua e com vícios de constituição, como aquela relativa aos edifícios rurais romanos, essa perspectiva é prometedora e merece ser experimentada.

### *Bibliografia*

ANDREUSSI, M. “*Stanziamenti Agricoli e Ville Residenziali in Alcune Zone Campione del Lazio*” (*Sulla Base degli Studi Pubblicati nella Forma Italia*). In: *Società Romana e Produzione Schiavistica*, vol. I. Bari: Laterza, 1981. pp. 349-370.

- ASHBY, T. *La Campagna Romana nell'Età Classica*. Milano: Longanesi, 1982.
- ATTOLINI, A. et alii. "Ricognizione Archeologica nell'Ager Cosanus e nella Valle dell'Albegna. Rapporto Preliminare". In: *Archeologia Medievale*, X:439-465, 1983.
- BARKER, G. et alii. "A Classical Landscape in Molise". In: *Papers of the British School at Rome*, XLVI: 35-51, 1978.
- BRACCO, V. *L'Archeologia Classica nella Cultura Occidentale*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 1979.
- BRADFORD, J. *Ancient Landscapes*. Londres, 1957.
- CAPOGROSSI COLOGNESI, L. "Alcuni Aspetti dell'Organizzazione Fondiaria Romana nella Tarda Repubblica e nel Principato". In: *Klio*, 63(2):347-357, 1981.
- CARANDINI, A. et alii. *Settefinestre: Una Villa Schiavistica nell'Etruria Romana*. Modena: Panini, 1985.
- CARRINGTON, R.C. "Studies in the Campanian Villae Rusticae". In: *Journal of Roman Studies*, 21:110-129, 1931.
- CELUZZA, M.G. e REGOLI, E. "La Valle d'Oro nel Territorio di Cosa — Ager Cosanus e Ager Veientanus a Confronto". In: *Dialoghi di Archeologia*, 1(4): 31-62, 1982.
- CERULLI IRELLI, G. "Campania — S. Sebastiano al Vesuvio — Villa Rustica Romana". In: *Notizie degli Scavi — suppl.*, 161-178, 1965.
- CHOUQUER, G. e FAVORY, F. "Reconnaissance Morphologique des Cadastres Antiques de l'Aire Latio-campanienne, Structures Agraires en Italie Centro-Meridionale". In: *EFR*, Roma, 81-232, 1987.
- COMPATANGELO, R. "Archeologia Aerea in Campania Settentrionale: Primi Risultati e Prospettive". In: *MEFRA*, 98(2):595-621, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Un cadastre de Pierre — Le Salento Romain*. Paris: Belles Lettres, 1989.
- COTTON, M. e METRAUX, G. *The San Rocco Villa at Francolise*. Roma: British School Supplementary Publications, 1985.
- COTTON, M. *The Late Republican Villa at Posto, Francolise*. London: British School at Rome, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Some Research Work on Roman Villas in Italy, 1960-1980, Rome and Her Northern Provinces*, 56-66. Papers presented to S. Frere. Oxford: Clarendon, 1983.

- CROVA, B. *Edilizia e Tecnica Rurale di Roma Antica*. Milano: Bocca, 1942.
- D'AMORE, L. "Recenti Pubblicazioni: C. Cuomo, *La Villa Rustica di S. Antonio Abate da me Dissepolta, Pompei, 1976*". In: *Cronache Pompeiane*, III, 1977. pp. 223-232.
- D'ARMS J. *Commerce and Social Standing in Ancient Rome*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- DAY, J. "Agriculture in the life of Pompeii". In: *Yale Classical Studies*, III: 165-203. 1932.
- DE CARO, S. e GRECO, A. *Campania. Guide Archeologiche Laterza*. Bari: Laterza, 1981.
- \_\_\_\_\_. "L'Attività Archeologica a Pompei, Siris e l'Influenza Ionica in Occidente". In: *Atti del 20° Convegno di Studi sulla Magna Grecia, 1980*. Tarento: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 1981. pp. 273-281.
- \_\_\_\_\_. *Boscoreale — Indagini, Rinvenimenti e Ricerche sul Territorio, Pompei, Herculaneum, Stabiae*, I: 328-331, 1983.
- DE FRANCISCIS, A. "La Villa romana di Oplontis". In: *Parola del Passato*, CLIII: 453-466, 1973.
- \_\_\_\_\_. "La Villa Romana di Oplontis". In: *Metaponto, Atti del 13o Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, Tarento, 341-352, 1974.
- \_\_\_\_\_. "La Villa Romana di Oplontis". In: *Neue Forschungen im Pompeii*, Essen: Aurel Bongers, 9-17, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Oplontis, La Regione Sotterata dal Vesuvio*. Napoli: G. Macchiaroli 1982. pp. 907-925.
- DE PETRA, G. "Villa Romana Presso Pompei". In: *Notizie degli Scavi*, 139-145, 1910.
- D'HAUTERINE, R. *Dictionnaire des Racines des Langues Européennes*. Paris: Larousse, 1948.
- DI MANZANO, P., LEGGIO, T. *Ville Romane in Operaio Poligonale nei Dintorni di Cures Sabini. Comune di Fara Sabina*. (s/d.)
- ERNOUT, A. e MEILLET, A. *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine*. Paris: Klincksieck, 1951.
- GOUJARD, R. *Introduction a Caton, De l'Agriculture*, VII-LIV. Trad. R. Goujard. Paris: Belles Lettres, 1975.
- JONES, G. D. B. "Il Tavoliere Romano. L'Agricoltura Romana Attraverso l'Aerofotogrammetria e lo Scavo". *Archeologia Classica*, XXXII: 85-107, 1980.

- LUGLI, G. "La Villa Sabina di Orazio". In: *Monumenti Antichi*, XXXI, 456-598. 1926.
- LYTTLELTON, M. "The Mura di Santo Stefano near Anguillara: a Roman Villa?". In: *Roman Villas in Italy. Recent Excavations and Research — British Museum Occasional Paper*. London: British Museum, 24: 53-72, 1980.
- MAIURI, A. *La villa dei Misteri*. Roma: Libreria dello Stato, 1931.
- MANACORDA, D. "Per una Storia dell'Archeologia Italiana: il Convegno di Catania". In: *Archeologia Medievale*, 12: 605-610. 1985.
- MANSUELLI, G. A. *Le Ville nel Mondo Romano*. Milano: Pleio, 1958.
- MERCANDO, L. "Marche — Rinvenimenti di Insediamenti Rustici". In: *Notizie degli Scavi*. 1980. pp. 88-296.
- . *et alii*. "Forme d'Insediamento nel Territorio Marchigiano in Eta Romana". In: *Società Romana e Produzione Schiavistica*, Bari: Laterza, vol. I: 311-347, 1981.
- MORELAND, J. "Ricognizione nei Dintorni di Farfa, 1985. Resoconto Preliminare". In: *Archeologia Medievale*, 13: 333-343, 1986.
- MUZZIOLI, M. *Forma Italiae*, IV, 2. Cures Sabini. Firenze: Leo Olschki, 1980.
- . "Capena e Lucus Feroniae, Misurare la Terra: Centuriazioni e Coloni nel Mondo Romano". In: *Città, Agricoltura, Commercio; Materiali da Roma e dal Suburbio*. Modena: Panini, 1985. pp. 53-58.
- . "Cures Sabini, Misurare la Terra: Centuriazioni e Coloni nel Mondo Romano". In: *Città, Agricoltura, Commercio; Materiali da Roma e dal Suburbio*. Modena: Panini, 1985. pp. 48-52.
- PALLOTTINO, M. "Capena — Resti di Costruzioni Romane e Medioevali in località 'Montecanino'". In: *Notizie degli Scavi*, 7-28, 1937.
- PASQUI, A. "La Villa Pompeiana della Pisanella Presso Boscoreale". In: *Monumenti Antichi*, 397-554, 1897.
- POTTER, T. *Storia del Paesaggio dell'Etruria Meridionale. Archeologia e Trasformazioni del Territorio*. Roma: NIS, 1985.
- QUILICI, L. "La Villa nel Suburbio Romano: Problemi di Studio e di Inquadramento Storico-Topografico". In: *Archeologia Classica*, XXXI: 309-317, 1979.

- ROSTOVITZ, M. *Storia Sociale ed Economica dell'Impero Romano*.  
 Florença: Nuova Italia, 1933.
- RUGGIERO, M. *Degli Scavi di Stabiae dal MDCCXLIX al MDCCLXXXII*.  
 Napoles: Accademia Reale dell Scienze, 1881.
- SOGLIANO, A. "Boscoreale — Scoperta di una Villa Rustica". In: *Notizie degli Scavi*, Roma, 207-214, 1895.
- TOMEI, M. et alii. *Ville e Insediamenti Rustici di Eta Romana in Umbria*.  
 Perugia, 1983.
- TORELLI, M. "Intervento al Testa di D. Manacorda, il Convegno di Catania". In: *Per una Storia dell'Archeologia Italiana*, Roma: Archeologia Medievale, 12:605-610, 1985.
- VALLAT, J. P. "Architecture Rurale en Campanie Septentrionale du IV siecle av. J.C. au Ier ap. J.C.". In: *Architecture et Societe dell'archaisme Grec a la fin de la Republique Romaine*, Paris/Roma: CNRS/EFR, 1983. pp. 247-261.
- \_\_\_\_\_. "Le Paysage Agraire du Piedmont du Masique". In: *Structures Agraires en Italie Centro-meridionale, Cadastres et Paysage Ruraux*. Roma: EFR, 1987. pp. 315-378.
- VOS, A. e M. *Pompei, Ercolano, Stabie. Guida Archeologica*. Bari: Laterza, 1982.
- WIDRIG, W. "Bella Monica — Excavations on the Ancient via Gabinia, Second Preliminary Report". In: *Notizie degli Scavi*, Roma, 141-182, 1983.

### Notas

<sup>1</sup> Varrão, *Sobre a Agricultura*, III, 1, 3: *quod tempus si referas ad illud principium, quo agri coli sunt coepti atque in casis et tuguriis habitabant nec muros et porta quid esset sciebant*).

<sup>2</sup> Como as *casae repentinae* de Varrão. *Sobre a Agricultura*, II, 10, 6 ou *ex uirgis em Tibulo*, II, 1, 24.

<sup>3</sup> Cícero emprega o termo como contraponto para ressaltar a opulência das casas de fazenda da aristocracia, *Para Séstio*, XLIII, 93.

<sup>4</sup> Cf. D'HAUTERINE, 1948: s.u. e ERNOUT, 1951: 1295.

<sup>5</sup> *História Natural*, XIX, 50: *in XII tabulis legum nostrarum nusquam nominatur uilla, semper in significatione ea hortus, in horto uero heredium*.

<sup>6</sup> As *uillae*, na verdade, podiam formar conjuntos contíguos, como parecem sugerir Salústio, *Conjuração de Catilina*, 12 e Plínio, o Jovem, *Cartas*, II,17.

<sup>7</sup> O que D'Arms denominou de "Villa Society", à qual se ligavam os principais membros da aristocracia itálica no final da república, cf. D'ARMS, 1981:72.

<sup>8</sup> Sobre o sentido político e ideológico das casas nobres cf. CÍCERO, *Das obrigações I*, 39; VITRÚVIO, VI, 5, 1-2.

<sup>9</sup> Apesar de seu caráter pré-científico, não é incomum que certas informações, certos detalhes preservados em manuscritos dos séculos XVI ou XVII sejam ainda úteis na interpretação de determinado sítio. Esses arqueólogos pioneiros conheceram uma Itália ainda quase inalterada, registrando restos e inscrições que os séculos posteriores destruiriam. Basta lembrar o exemplo dos "Muros de Santo Estevão", em Anguillara, às margens do lago de Bracciano, possivelmente uma *uilla* romana do século II d.C., visitada e descrita por Ligorio em meados do século XVI e escavada recentemente por uma equipe inglesa, que se valeu dos desenhos e Informações, ainda que imprecisos, do escritor quinhentista (LYTTELTON, 1980:55 e 71); ou o das torres que ornavam os muros da *uilla* de Settefinestre, também na Toscana, cuja forma original pôde ser reconstruída com o auxílio de um desenho do século XV (CARANDINI *et alii*, 1985, I, 2:122-123).